

Resenha: Eduardo Giannetti - *Vícios privados, benefícios públicos?*

Review: Eduardo Giannetti - *Vícios privados, benefícios públicos?*

José Costa

Universidade Federal de Ouro Preto

jose.costajunior@yahoo.com.br

Sobre ética, abelhas e mercados

On ethics, bees and markets

A economia tem um papel central nas nossas vidas. Desde a manutenção e o desenvolvimento do indivíduo e da comunidade até as grandes crises socioeconômicas que compartilhamos mundialmente hoje, a ciência econômica e suas diversas orientações ideológicas são elementos centrais para a vida em sociedade. Desse contexto deveria derivar uma comunidade de cidadãos preparados para lidar bem com questões econômicas, para além do contato irrefletido com recursos materiais e financeiros. Entretanto, as coisas não são assim e – do mesmo modo como em muitas outras áreas do conhecimento humano, onde um conhecimento operacional mínimo seria necessário – não funcionam da maneira ideal. Por envolver um alto grau de complexidade teórica e lidar com elementos matemáticos e lógicos relativamente complexos, o estudo da economia não é desenvolvido no país fora do âmbito universitário e não há propostas de educação econômica mínima para reverter esse intrincado quadro.

O cenário descrito acima contribui para a ausência da pesquisa teórica acerca dos fundamentos econômicos e da reflexão filosófica sobre a ciência econômica. A chamada filosofia da economia é um campo de estudos pouco estudado nas universidades brasileiras e cada vez mais restrito. Existem relativamente poucas reflexões sobre problemas centrais da economia, como, por exemplo, as relações de custo e benefício, a racionalidade do agente econômico, o papel do egoísmo e do altruísmo do indivíduo nos cenários econômicos, o papel do Estado nas relações econômicas, a racionalidade ecológica da agência econômica e discussão sobre a moralidade nos mercados.

Por conter elementos essencialmente técnicos, ligados à macroeconomia e à econometria, por vezes se esquece do papel das ideias na economia. No entanto, diversos filósofos desenvolveram trabalhos ligados a essa área tão relevante para o homem, tão próxima de temas tradicionais em filosofia como as reflexões acerca da boa vida e de como havemos de viver.

Assim, outro ponto essencial da filosofia da economia é compreender sobre que bases os economistas desenvolveram suas teorias. Adam Smith, John Stuart Mill, Thomas Malthus, J. M. Keynes, Ayn Rand e Karl Marx formam apenas a “linha de frente” da história da filosofia da economia, os ditos “economistas clássicos” que também se enquadraram como “filósofos”. No entanto, a história das reflexões sobre *oikos nomos* pode remeter até Sócrates, Platão e Aristóteles, conforme o recorte temático abordado em seus sistemas teóricos.

Atualmente, a investigação sobre os fundamentos da economia é bem diversificada, com nomes como o indiano Amartya Sen, que investiga as limitações do mercado para a vida social, e Jon Elster, filósofo norueguês que trata de temas como a racionalidade social e os limites morais do capitalismo. No Brasil, temos poucos investigadores nessa área, provavelmente devido às dificuldades conceituais já apresentadas. Outro elemento que pode trazer dificuldades para o desenvolvimento de pesquisas nessa área é a ausência de ferramentas conceituais adequadas na tradição filosófica brasileira, uma cultura acadêmica que privilegia estudos históricos em filosofia. *Vícios privados, benefícios públicos?*, livro de Eduardo Giannetti, é um ponto fora dessa curva, para ficarmos no jargão econômico.

O autor, cientista social e economista, com PhD em Cambridge, desenvolve na obra uma reflexão sistemática acerca dos pressupostos econômicos, posicionando-se teoricamente sobre um ponto central da reflexão filosófica sobre a economia: a relação entre ética e economia. A temática básica do livro é como tal relação perpassa as questões básicas da sociabilidade humana, trazendo também uma didática releitura das bases do pensamento econômico contemporâneo e dos fundamentos filosóficos da atividade econômica, sem se limitar à descrição histórica da relação entre os tópicos, mostrando, assim, a relevância da questão.

O título do livro remete a uma proposta do médico holandês Bernard de Mandeville, defensor da ideia de que o egoísmo e a ambição pessoal geram, através da competição pelo lucro, benefícios sociais e progresso econômico para toda a sociedade. Mandeville escreveu em sua *Fábula das abelhas* que o egoísmo de cada abelha é que mantém a harmonia da colmeia, sendo que, se as abelhas fossem altruístas e conformadas sempre, o resultado seria o caos e a fome, e, por fim, a morte da sua sociedade. Desse modo, o fundamento das relações econômicas seria o egoísmo de cada indivíduo, uma proposta muito próxima da afirmação de Thomas Hobbes acerca dos fundamentos do Estado. Giannetti questiona se tal proposta faz sentido e, o que é raro entre os intelectuais públicos no Brasil, posiciona-se. Para fundamentar sua posição, coloca a questão de outro modo: do egoísmo individual chegamos ao benefício social? Ou ainda: a prosperidade pode ser atingida apesar da falta de ética?

Segundo o autor, essa questão surgiu devido a um processo de autonomização em relação à moral, à religião e ao estado, e Adam Smith foi um dos principais teóricos desse processo. É famosa a passagem do economista clássico sobre o que traz carne para nossa mesa: trata-se apenas do egoísmo do açougueiro¹. Desse modo, a economia passou a ser compreendida como uma atividade autônoma e livre de fortes vínculos institucionais e morais, sendo o liberalismo o

¹ SMITH, Adam. 1996. *A riqueza das nações*. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo, Nova Cultural, p. 74.

cume desse processo. O principal crítico dessa posição, principalmente em relação às consequências da autonomia econômica, foi Karl Marx. As posições de tais autores configuram assim os dois polos fundamentais das reflexões sobre as práticas econômicas. Entretanto, entre tais espectros existem diversos posicionamentos e possibilidades teóricas.

O ápice da autonomia da economia veio no século XX, com diversas crises, como a que vivemos atualmente, e muitos críticos questionam se o liberalismo e a autonomia moral e estatal formam o melhor caminho. A opção que Giannetti apresenta é uma retomada de Smith, a partir de sua compreensão das continuidades estruturais nos momentos de profunda transformação histórica. Entretanto, essa insistência do autor soa um pouco fora de lugar, uma vez que defende que a incompreensão das ideias de Smith, aliada à falta de preocupação moral, é que nos trouxe diversos problemas econômicos vividos atualmente.

Entretanto, isso não compromete a principal proposta de Giannetti. Sua tese é que determinados vícios morais não levam necessariamente ao progresso econômico, que exige um mínimo de ordem moral e estabilidade legal. Para tal conclusão, o autor explora a chamada *falácia materialista* na argumentação daqueles que defendem que “primeiro vem a comida, e depois a ética”, posição muito próxima da teoria do filósofo contemporâneo utilitarista Peter Singer, defensor do papel preponderante da ética para o sentido da vida. Giannetti argumenta que, sem a ética, a própria sobrevivência fica comprometida: a economia se ergue sobre a estrutura da ética e não o contrário. Assim, não há contradição entre indivíduo e coletivo nesse debate, e o erro de Smith é entender que o processo é único e que há um choque mínimo de interesses entre o indivíduo e o grupo. Por outro lado, o erro de Marx foi desconsiderar certos componentes elementares da natureza humana, como a preocupação moral mais ampla com aqueles que são próximos e que vai se dilatando aos poucos, tornando-se preocupação com a família e com o grupo social à volta do indivíduo.

Diversos estudos contemporâneos sobre as relações entre cooperação e desenvolvimento social corroboram essa posição. Robert Wright defende, no livro intitulado *Não zero – A lógica da vida*, que o sucesso do desenvolvimento se deve à cooperação e, para isso, utiliza algumas ferramentas da teoria dos jogos para explicar como jogos de soma não zero possibilitam ganhos para as diversas partes envolvidas nos contextos². O debate sobre a relação entre o que sabemos sobre a natureza humana e o comunismo foi analisado por Edmund Wilson e culminou em sua famosa frase: teoria maravilhosa, espécie errada³.

Vícios públicos, benefícios privados? foi publicado em 1993 e extremamente bem recebido, tanto na academia quanto fora dela. O livro está dividido em cinco capítulos, bastante claros e com muitas referências históricas, além de exemplos bastante didáticos, como a fábula que dá origem à pergunta do título. Segue um resumo geral de cada seção.

No primeiro capítulo, intitulado “O neolítico moral”, o autor apresenta a tese bastante difundida de que, apesar do grande desenvolvimento tecnológico, a ética não se desenvolveu em

² WRIGHT, Robert. 2001. *Não zero: a lógica do destino humano*. Tradução de Cristiana Serra. São Paulo, Editora Campus.

³ Citado em GETLIN, James. Natural Wonder: At heart, Edward Wilson's an ant man. *Los Angeles Times*, 21 out. 1994, p. E1.

um ritmo semelhante (apesar de algum progresso moral ter ocorrido). Ou seja, vivemos em uma era de atraso moral. Entretanto, segundo Giannetti, esta posição possui alguns problemas. Entre eles está a dificuldade de se estabelecer uma escala gradativa seguindo uma hierarquia de moralidade melhor ou pior. O autor afirma que a falácia no argumento do neolítico moral se dá ao tentar estender ao campo da ética um procedimento de definição das atividades humanas em uma escala mensurável e bem definida, já que tais gradações não se aplicam ao campo da ética. Essa posição acaba, na maioria das vezes, por sugerir uma reforma da natureza humana que parece impossível.

No segundo capítulo, “Ética, sobrevivência e coesão social”, Giannetti investiga a seguinte questão: O que garante a coesão interna de um agrupamento humano e impede que ele se desmanche ou degenere em caos e guerra? Qual o papel do respeito às normas morais de conduta na sobrevivência humana? A resposta do autor é que, contrariamente aos adeptos da posição do “neolítico moral”, a moralidade tem a função de assegurar a coexistência relativamente pacífica entre os indivíduos coordenando suas vontades. A grande questão é saber o que determina a maior ou menor adesão dos indivíduos em cada situação. Aqui nota-se a influência contratualista de base hobbesiana do autor.

Já no terceiro capítulo, o autor continua esse debate apresentando um problema de “emergência”. Na presença de um perigo, o ser humano fica mais “alerta e atento a mudanças no ambiente e estimula ações impulsivas de respostas ao perigo”. O autor nos mostra dois tipos de “emergências”: (i) a emergência individual, onde o comportamento instintivo aumenta as chances de sobrevivência, e (ii) a emergência coletiva, quando o comportamento instintivo diminui as chances de sobrevivência. Tal exposição é importante para mostrar que, para que possa haver coordenação na sociedade, deve haver um mínimo de moralidade cívica para não ficarmos sujeitos à falta de ordem. Entre o benefício pessoal e o benefício do grupo, existe um espaço em aberto que precisa ser preenchido.

O quarto capítulo funciona como um “parêntese” na estrutura do livro. Nele, Giannetti explora a *Fábula das abelhas* de Mandeville, apresentando e refutando o raciocínio do autor holandês. Conclui o capítulo afirmando que a qualidade dos jogadores afeta a natureza e a robustez das regras do jogo, onde jogadores motivados pelo autointeresse crasso não se contentam em perseguir seus objetivos dentro da ordem de mercado e jogar limpo todo o tempo. Assim, quando a própria autoridade política fraqueja ou adota o autointeresse crasso como princípio da ação, o resultado é a total deturpação do jogo com ineficiência produtiva. Trata-se de uma seção do livro que descreve muito bem a sociedade brasileira.

Por fim, no quinto capítulo, Giannetti retoma o papel da ética na economia, levando em consideração os pressupostos apresentados nos capítulos anteriores. Conclui que a ética deve ser uma qualidade intrínseca dos indivíduos do “jogo” econômico, para que estes possam alcançar o auge do desenvolvimento e da riqueza das nações. A economia deve ter normas morais e valores que a conduzam para que haja confiança plena entre seus participantes. Negligenciá-la seria “perder de vista um dos fatores decisivos na explicação das causas da riqueza e pobreza das nações”.

A investigação de Giannetti culmina com uma hipótese bastante interessante, também teoricamente próxima das reflexões contemporâneas acerca da relação entre natureza humana e moralidade: a capacidade de escolhas é o que nos torna humanos, uma vez que, sem escolhas, seríamos animais vivendo de acordo com a natureza. A ética nos impede de entregarmo-nos aos impulsos da natureza. A presença de valores morais e a adesão às normas de conduta são requisitos indispensáveis para que o mercado se firme como regra de convivência civilizada, alimentado pelo desejo de cada indivíduo de viver melhor. Mesmo que exista um componente egoísta na natureza humana, não precisamos viver assim, nem desenvolver nossas relações com base em tal pressuposto.

No final, Giannetti propõe quatro teses fundamentais: (i) a capacidade de escolha moral e a liberdade falível do homem são valores irreduzíveis de nossa existência; (ii) a ética é um fator de sobrevivência e coesão social; (iii) é necessário um equilíbrio entre a civilidade e a pessoalidade e (iv) deve-se afirmar o papel da ética na economia e a definição das regras e aceitação de normas. Enfim, não é o caso de vícios privados gerarem benefícios públicos, mas sim de virtudes privadas gerarem benefícios públicos. O indivíduo continua importante no processo econômico, livre e, mais do que nunca, consciente.

A leitura do livro de *Vícios privados, benefícios públicos* é bastante estimulante, principalmente para quem desconhece os debates contemporâneos da filosofia moral. Além de descrever a história do pensamento econômico didaticamente, corrobora a posição de Isaiah Berlin sobre a "força das ideias": "Os conceitos filosóficos nutridos na quietude do escritório de um professor poderiam destruir uma civilização." Ou, numa perspectiva um pouco mais otimista e realista, ajudar a melhorá-la.

Referências

- GIANNETTI, Eduardo. 1996. *Vícios privados, benefícios públicos?* São Paulo, Cia das Letras.
- GETLIN, James. 1994. Natural Wonder: At heart, Edward Wilson's an ant man. *Los Angeles Times*, 21 out. 1994, p. E1.
- SMITH, Adam. 1996. *A riqueza das nações*. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo, Nova Cultural.
- WRIGHT, Robert. 2001. *Não zero: a lógica do destino humano*. Tradução de Cristiana Serra. São Paulo, Editora Campus.